

ENTRE A ADESÃO E A OPOSIÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA SOBRE O DILEMA UDENISTA NA FORMAÇÃO DO “MINISTERIO DA EXPERIENCIA”

"BETWEEN ADHESION AND OPPOSITION: THE REPRESENTATIONS OF THE GREAT PRESS IN RIO ABOUT THE UDENIST DILEMMA IN THE FORMATION OF THE "MINISTRY OF EXPERIENCE"

Thiago Costa Juliani Regina¹

Resumo: com o propósito de reavaliar algumas noções referentes à relação entre imprensa e política durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954), este artigo procura relativizar as interpretações que concebem que três dos grandes jornais cariocas – *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – seriam “udenistas” ou que se subordinariam às lógicas de ação da UDN, assim como a de que os diários e o partido associaram seus esforços pela derrubada do governo desde o seu início. Para tanto, analisamos as representações sociais que os três periódicos construíram sobre a atuação da UDN durante a formação do gabinete ministerial de Vargas. O fato marca o momento inicial do mandato e, por isso, pode nos fornecer novos indícios sobre a relação entre a grande imprensa e o maior partido de oposição à época.

Palavras-chave: Imprensa. Política. Segundo Governo Vargas.

Abstract: with the purpose of reassessing some notions regarding the relationship between press and politics during the Second Vargas Government (1951-1954), this article seeks to put into perspective the interpretations that conceive that three of the great Rio de Janeiro newspapers - *Correio da Manhã*, *O Globo* and *Jornal do Brasil* - would be “udenists” or that they would subordinate themselves to the UDN's logic of action, as well as that the newspapers and the party associated their efforts to overthrow the government since its inception. To this end, we analyzed the social representations that the three journals built on the performance of the UDN during the formation of Vargas' ministerial office. The fact marks the beginning of the mandate and, therefore, it can provide us with new indications about the relationship between the mainstream press and the largest opposition party at the time.

Keywords: Press. Policy. Varga's Second Government.

Introdução

Este artigo tem como propósito questionar algumas interpretações bastante difundidas na historiografia sobre o tema das relações entre a grande imprensa² e a

¹ Doutor em História das Sociedade Ibéricas e Americanas, no Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na linha Sociedade, Desenvolvimento Econômico e Migrações. E-mail: thiago.regina@acad.pucrs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3143-4157>

política durante o Segundo Governo Vargas. Especificamente, pretendemos reavaliar a compreensão de que três dos principais jornais da capital federal – *Correio da Manhã* (CM), *O Globo* (OG) e *Jornal do Brasil* (JB) – seriam udenistas àquela época, ou seguiriam a linha de ação da UDN, assim como, a de que os impressos e o partido convergiram de maneira uníssona seus posicionamentos em uma oposição constante e irrefletida ao presidente Vargas (SOUZA, 1976; SILVA 1978; SODRÉ, 1983; CAPELATO, 1988).

Nesse sentido, procuramos entender quais foram as percepções destes grandes periódicos sobre o papel e as táticas adotadas pela UDN em face das propostas de Getúlio, que tentou contar com o apoio da agremiação na composição de seu gabinete ministerial em janeiro de 1951. Partindo deste problema de pesquisa, acreditamos que a análise permita identificar que tipo de relação os jornais tinham naquele momento com o partido e com Vargas. Tarefa que será realizada por meio do exame sobre as representações sociais e concepções que foram mobilizadas discursivamente tanto para descrever o que os periódicos julgavam ser atribuição do partido, quanto para retratar e avaliar seu posicionamento acerca da adesão ou oposição ao governo.³

Para tanto, utilizamos o método da análise textual qualitativa.⁴ Já no que diz respeito aos aspectos metodológicos no tratamento das fontes, optamos apenas pelo

² Compartilhando da definição elaborada por Tânia de Luca (2011), entendemos a *grande imprensa* como “um conjunto de títulos que, num dado contexto compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico organizacional e financeiro” (LUCA, 2011, p. 149). Nesse sentido, os parâmetros que utilizamos na escolha de cada periódico correspondem a uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período pesquisado; que possuísse constância em termos de publicação; que fosse organizado administrativamente, com divisão hierárquica do trabalho no interior das redações; e que possuísse técnicas industriais na produção dos jornais.

³ Utilizamos o conceito de representações sociais conforme o concebe Roger Chartier (2002). No caso de um jornal, o engajamento na defesa de determinada tese sobre um tema em disputa no terreno político, dá-se a partir de representações sociais que concorrem dentro da própria imprensa, com o campo político e com outras instâncias que participam do campo de produção ideológica, a fim de impor sua visão como a mais autorizada perante a sociedade, o que Bourdieu (1989) chama de “luta simbólica” e que Roger Chartier (2002) denomina de “lutas de representação”. Este conflito é marcado pela tentativa de intervenção no espaço social e de construção do mundo, posto que a manutenção ou a alteração da ordem social resulta da conservação ou da transformação dos esquemas de percepção dessa ordem.

⁴ Nesta pesquisa utilizamos como metodologia a Análise Textual Qualitativa, amparada na obra de Laurence Bardin (2009), considerada a mais adequada para examinar conteúdos discursivos em seriação longa, uma vez que possibilita, por meio de uma soma de procedimentos, constatar sentidos ocultos à superfície dos discursos. A escolha deste arcabouço metodológico esteve associada à liberdade quanto

exame no que consideramos ser os espaços de opinião dos jornais em destaque.⁵ Além disso, foi necessário abordar a imprensa a partir de um aporte teórico que a contemplasse em sua complexidade. Por conseguinte, a teoria dos *campos de produção simbólica*, de Pierre Bourdieu, permite-nos enxergar os periódicos sob uma ótica particular, na qual as dinâmicas que regem o seu domínio e a sua posição na esfera de debate não estavam determinadamente subordinadas a interesses externos, fossem eles políticos e/ou econômicos. Nessa perspectiva, o jornalismo impresso tem uma lógica de funcionamento própria, assim como formas singulares de apreensão da realidade e de inserção no debate público, o que o credencia a influenciar e intervir na sociedade.

Franqueados por análises como as de Abreu & Lattman-Weltman (1994) e Luis Martins (2016), partimos da posição de que os jornais brasileiros do começo dos anos 50 já eram folhas comerciais, e não partidárias. Defendiam doutrinas políticas, mas, nem por isso, partidos políticos. Não apresentando vínculos institucionais com estes. Além disso, partimos do princípio defendido por Pierre Bourdieu (1997) de que a lógica de ação do campo jornalístico, mesmo o dedicado à política, não é a mesma do campo político, sobretudo no que se refere ao pouco compromisso dos grandes periódicos com as prioridades do pragmatismo político. Ou seja, embora jornalismo e política estejam relacionados e até imbricados, são áreas de atuação diferentes, nas quais cada uma tem seu próprio discurso; e, apesar de influenciarem uma à outra, entendemos que não há uma subordinação total da imprensa ao campo político.

ao referencial teórico a ser usado na construção do objeto e na apreciação final dos textos selecionados. Sobre o emprego do método nesta pesquisa, ver mais em REGINA (2020).

⁵ Em função de nosso objetivo ser correlato à identificação do posicionamento “oficial” dos órgãos de imprensa, privilegiamos a coleta e o exame nos textos editoriais (não-assinados). Entendemos este gênero jornalístico como espaço privilegiado de manifestação do que pode ser considerado a opinião do periódico, de sua chefia de redação ou ainda de seu proprietário, quando este tem ingerência sobre a linha de atuação do jornal. Entretanto, também lançamos mão de outros tipos textuais como artigos (assinados) e colunas (não-assinadas). Ambos os gêneros também podem ser classificados como “opinativos”. Os primeiros podem ou não convergir com as perspectivas expressadas pela linha editorial do jornal, uma vez que constituem responsabilidade de seus autores. As colunas (não-assinadas) normalmente abordam temas associados à editoria ou ao segmento onde estão dispostas e, invariavelmente, seguem a linha opinativa dos editoriais. Sobre as definições, escolhas e usos detalhados dos gêneros jornalísticos para esta pesquisa, ver mais em REGINA (2020).

A fim de expressar o quanto o tema deste trabalho tem pertinência, remetemos a duas questões de nossa atualidade. Em primeiro lugar, destacamos a importância da participação da “grande mídia” brasileira nas discussões públicas, especialmente sobre a política. A despeito de nos dias de hoje as redes sociais terem se constituído na grande “arena” de debates, espaço por excelência do contraditório politicamente, os meios tradicionais como os noticiários televisivos, os jornais (agora digitais) e em menor escala os programas radiofônicos, possuem a capacidade de mobilizar parcelas da população em torno das teses que defendem e seus discursos ainda têm poder de intervir na sociedade.

Em segundo lugar, fazemos referência aos discursos e atos que hoje presentificam o passado udenista. Com efeito, a vivacidade das expressões que remetem ao partido extrapola o âmbito memorialístico, como o comprovam as tentativas de refundação ou criação de uma sigla homônima, que vieram à tona no ano de 2019.⁶ Diante disso, quais seriam as representações que estimulam estes grupos a se empenhar na “ressurreição” da UDN, nos dias atuais? Questão que coloca em evidência a atualidade do tema que tratamos, bem como a relevância da pesquisa sobre as *representações sociais*, visto que estas são empregadas na legitimação ou deslegitimação de narrativas políticas sobre a agremiação.

A escolha da formação do primeiro ministério do Segundo Governo Vargas se deu em função da extensa participação do “partido do Brigadeiro” nas discussões sobre ele. Além de fazer parte dos debates sobre a composição do gabinete ministerial, a própria participação da UDN foi também objeto deles, dado que as controvérsias se

⁶ As tentativas de refundação da sigla ou de criar um partido homônimo em nome e valores defendidos, teve uma maior projeção em termos midiáticos, depois que o atual presidente, Jair M. Bolsonaro, passou a sinalizar sua saída do Partido Social Liberal (PSL) nos primeiros meses de 2019. Apesar de Bolsonaro ter rejeitado em outubro de 2019 a possibilidade de fazer parte da “Nova UDN” e lançar o partido Aliança pelo Brasil em novembro do mesmo ano, a sigla UDN ainda é motivo de disputa judicial. Tramitam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) duas tentativas de criação de um partido com o mesmo nome. Enquanto uma das iniciativas está sendo feita pela via tradicional – coleta e homologação de assinaturas-, a outra busca desfazer a extinção da antiga UDN pelo AI-2. Em termos de adeptos, as redes sociais geridas pelo grupo com maior número de seguidores, apresentam pouco mais de dois mil perfis, o que é emblemático da pouca expressividade, mas não da inexistência de simpáticos à causa.

deram em torno da linha de ação que o partido deveria adotar diante dos convites do governo. Ademais, o fato marca o momento inicial do mandato e, por isso, pode nos fornecer indícios que corroborem com a hipótese de que os jornais em questão não eram subordinados à UDN e, tampouco, constituíam-se em um bloco de oposição a Getúlio.

Na historiografia há uma compreensão bastante difundida acerca da relação da UDN com o segundo governo Vargas, marcada por uma oposição obstinada e mesmo intransigente (FLEISCHER, 1981; FAUSTO, 2013; GOMES & FERREIRA, 2018). Embora, em abril de 1951, a Convenção Nacional do partido tenha definido uma linha de “independência” frente ao novo governo, marcando discursivamente uma oposição consciente e equilibrada, não foi o que se verificou na prática. Ao longo do período em que Getúlio esteve pela segunda vez na presidência, a oposição da UDN foi marcada por uma postura de ataques sistemáticos e tumultuosos, não poupando esforços em desabonar as iniciativas saídas do Palácio do Catete e em conspirar a imagem de Vargas, associando-a a escândalos político-financeiros, à má gestão administrativa, à lembrança do Estado Novo e às supostas aspirações golpistas do ex-ditador (D'ARAÚJO, 1992, p. 125).

Sendo assim, a UDN liderava a oposição parlamentar nas investidas contra a situação. Porém, ainda que a atitude com maior destaque no partido tenha sido de uma oposição impetuosa e irrefletida, muitas vezes o posicionamento em relação ao governo não era unânime dentro da agremiação. Como indica Maria V. Benevides, na UDN também atuava um grupo de congressistas – na sua maioria composta por nordestinos – “sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo” (BENEVIDES, 1981, p. 85). Essa divisão dentro do partido, entre opositores e adesistas, fez-se presente no debate público antes mesmo de Vargas ser diplomado e da formação de seu gabinete ministerial.

Um dos representantes mais emblemático da ala adesista foi João Cleofas (UDN-PE), que assumiu o cargo de ministro da Agricultura.⁷ Fato que mobilizou o partido em torno das discussões sobre a linha de ação a ser seguida, entre a adesão ou a oposição ao governo Vargas, e sobre a conveniência da expulsão ou não do deputado pernambucano. De um lado, os adeptos à corrente oposicionista, encabeçada pelos membros do que viria a se formar naquela legislatura a “Banda de Música”,⁸ em especial Aliomar Baleeiro e José Bonifácio, que viam a atitude de Cleofas como uma primeira deserção; e, de outro, os favoráveis à “tese conciliatória”, que entendiam que os interesses regionais do nordeste se impunham à nomeação, bem como de que a reconhecida competência técnica habilitava Cleofas para o cargo; e, apesar de se tratar de um udenista compondo o ministério, isto não seria representativo da UDN no governo.

Essas discussões acerca do posicionamento da União Democrática Nacional em relação ao segundo governo de Getúlio Vargas, em termos de adesão ou oposição, foram objeto de controvérsia na imprensa carioca, figurando nas páginas dos principais jornais da capital federal. Acreditamos que as teses sustentadas pelos periódicos – sobre como a UDN deveria se posicionar em face da ascensão de seu antípoda ao poder; como retrataram as atitudes tomadas pelo partido; como as avaliaram; e o que possivelmente pensavam em relação à oposição e ao governo – são heterogêneas e podem indicar algumas noções que vão ao encontro da hipótese de uma autonomia relativa da imprensa carioca no tocante ao campo político.

Para uma melhor compreensão do leitor, além desta introdução, este artigo está dividido em mais quatro partes: na segunda, a análise se concentra sobre os momentos que antecederam a formação do “ministério da experiência”; na terceira, ocupa-se das

⁷ O acerto com o udenista adveio do acordo de apoio mútuo entre ele e Vargas ao tempo da eleição, no qual o pernambucano apoiou Getúlio à Presidência, e este o apoiou para o governo estadual, contra o pessedista Agamenon Magalhães, comprometido com Cristiano Machado. Com a derrota no pleito local, Cleofas aceitou o convite de Vargas para o ministério, a despeito de toda pressão exercida pela cúpula nacional da UDN.

⁸ A “Banda de Música” foi um grupo de oradores parlamentares da UDN, conhecidos por desferir ataques aos governos do PTB e do PSD, em plenário, durante a década de 1950.

avaliações jornalísticas sobre a recém formada composição ministerial, até a convenção nacional da UDN, em abril de 1951, que marcaria o posicionamento oficial da agremiação perante o novo governo; na quarta, sucede-se uma reflexão sobre o conjunto das representações, suas aproximações e seus distanciamentos; por fim, apresentamos as considerações finais e os resultados da pesquisa.

Contra a adesão: “prescrições” jornalísticas à UDN

Nos jornais, dias antes da posse de Getúlio como presidente do Brasil, a atmosfera de expectativa que precedeu o início do novo governo foi marcada por atitudes diferentes, sobretudo, acerca de qual seria a composição ministerial escolhida por Vargas. A primeira tentativa de incorporação da UDN ao governo foi feita pelo petebista Danton Coelho, gabaritado pela articulação da aliança de Vargas com o PSP (Partido Social Progressista), na campanha eleitoral de 1950. Todavia, as tratativas não obtiveram êxito junto ao presidente udenista, Odilon Braga.

O *Correio da Manhã*, primeiro jornal a se manifestar sobre o assunto em termos opinativos, exaltou as expressões iniciais de recusa da UDN em compor os ministérios. A avaliação dos primeiros movimentos udenistas ganhou lugar de destaque no *Correio* que, dedicou-lhe, integralmente, o editorial principal do dia 21 de janeiro de 1951 (CORREIO DA MANHÃ, 1951a, p. 4). Conforme o texto, embora tivesse sido derrotada na eleição presidencial anterior e ter seu prestígio degradado pelo acordo interpartidário realizado no governo Dutra,⁹

⁹ Aqui, interessa-nos o Acordo Interpartidário em função do fracasso das fórmulas a partir dele articuladas, que buscaram uma aliança em torno de um candidato comum à sucessão presidencial de 1950. Em 1948, as lideranças dos dois maiores partidos de Minas Gerais – PSD e UDN – deram início às negociações acerca do pleito. Nelas, buscou-se firmar um compromisso nos seguintes termos: caberia aos pessedistas a indicação dos candidatos à disputa presidencial, enquanto competiria a UDN o lançamento da candidatura ao governo daquele estado. Desta forma, procurava-se efetivar o Acordo Interpartidário, formalizado em janeiro daquele ano, com objetivo de estabelecer uma política de “união nacional”, congregando a UDN, o PSD e o PR, em torno do compromisso de oferecer apoio político no Congresso ao governo Dutra. Porém, esses esforços foram ineficazes, a começar pela exigência udenista de escolha de um candidato extrapartidário, passando pela chamada “fórmula Jobim”, que preconizava uma discussão envolvendo todos os partidos e seus presidentes (inclusive o PTB e Getúlio), até a “fórmula mineira”, proposta que também defendia um candidato de “união nacional”, mas

a agremiação não desaparece da cena política, tendo-se revestido de dignidade novamente, ao assumir o papel traçado para os próximos anos: contrapor-se no Congresso à demagogia e aos líderes populistas, eufóricos com a perspectiva de usufruir de novo o poder (CORREIO DA MANHÃ, 1951a, p. 4).

Esta atribuição traçada para o partido durante o segundo governo Vargas, em parte, é representativa da orientação ideológica que fundamentou o posicionamento do jornal. Apesar de pouco explicativos os conceitos empregados na classificação do que/a quem a UDN deveria se opor, carregavam uma clara conotação negativa, associada à arregimentação eleitoreira das massas e ao uso dos poderes públicos em benefício pessoal.

Ainda que o pensamento político dos jornais não faça parte do escopo deste trabalho, aventamos a hipótese de que ao se colocar contra Getúlio e o “populismo demagógico”, o *Correio* tinha como propósito, embora não declaradamente, contrapor-se a um horizonte sociopolítico e a uma prática de governo: à participação das camadas populares na política através do sufrágio e à implementação de políticas econômicas de cunho estatizante, assim como à execução de políticas públicas voltadas aos trabalhadores urbanos.

Então, neste momento, prestes a se iniciar o mandato de Vargas, o *Correio* esperava que a UDN, reabilitada dos erros no governo anterior, assumisse o papel de “fiscal da moralidade pública, de controladora dos maus atos dos governantes” (CORREIO DA MANHÃ, 1951a, p. 4). Segundo a linha editorial do CM, se a UDN assumisse esses papéis, cumpriria os deveres que supostamente o seu eleitorado lhe

indispensavelmente pessedista e mineiro. Em dezembro de 1949, a UDN recuou frente à última tratativa, rompendo com Dutra e anunciando a candidatura de Eduardo Gomes, assim como em 1945. Segundo Sérgio Lamarão (2004), em outubro daquele ano alguns setores já se manifestavam pela alternativa udenista, por meio do chamado Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes, o que veio a se confirmar na Convenção Nacional da UDN, em março de 1950, com a homologação da candidatura do Brigadeiro. Sobre o Acordo Interpartidário e as fórmulas sucessórias para a eleição presidencial de 1950, ver mais em: LAMARÃO, S. T. N. O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950. In: SILVA, Suely Braga da (coord.). *E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas*. CPDOC/FGV, 2004; D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2º ed., São Paulo: Ed. Ática, 1992.

atribuída. Sendo assim, para o jornal da família Bittencourt, a decisão da UDN, em fazer oposição a Getúlio, enunciada pelo diretório nacional da agremiação, deveria ser reafirmada na sua Convenção Nacional. Em uma das opiniões acerca da conduta a ser firmada e proclamada pelo evento, a redação adverte que

a convenção só será legítima e representativa se se pronunciar como uma síntese da vontade e do sentimento de dois milhões e meio de brasileiros que, votando no Brigadeiro indicaram à UDN, nestes cinco próximos anos, a missão de partido independente e oposicionista (CORREIO DA MANHÃ, 1951b, p. 4).

Esse apelo à correspondência dos supostos anseios do eleitorado udenista, na fixação da atitude de oposição, foi possivelmente evocado como um recurso a pressionar o partido para que tomasse o caminho político atribuído pelo *Correio* como o mais adequado, adverso ao governo. Além de alertar a agremiação, o jornal poderia estar contribuindo para a construção do sentido social do que é o papel da UDN junto à sociedade, ou melhor, junto ao seu eleitorado. Ao fazer esta associação, o periódico procurou se construir como porta-voz (não que o fosse, necessariamente) dos interesses do eleitorado udenista junto ao próprio partido. De toda sorte, certamente, o jornal lançou mão desta ligação entre a presumida vontade dos eleitores e a conformidade em que deveria estar o papel da UDN, objetivando influenciar a sigla a atuar de acordo com as suas aspirações.

Poucos dias depois, ainda antes da posse oficial e da divulgação do ministério, o jornal *O Globo* expressou posição e conferiu importância semelhante às do *Correio da Manhã*. Também em editorial principal, *OG* manifestou uma boa impressão sobre a postura udenista em relação ao governo em vias de iniciar. Entretanto, o tom utilizado foi mais moderado. Sem desqualificar a nova situação, apontou um caminho de oposição voltado à defesa dos interesses nacionais, prescrevendo à UDN não exercer “oposição apaixonada, irrefletida e obstinada, levando a ferro e fogo a luta contra o Governo Vargas. Mas, uma oposição inteligente, serena, bem orientada e patriótica” (*O GLOBO*, 1951a, p. 1). Diferente do *Correio da Manhã*, que sugeriu que a política udenista se guiasse também pela recusa em colaborar com o governo, *OG* afirmou:

Não importa saber se a UDN vai dar, ou não, nomes para o Ministério do Senhor Getúlio Vargas. O que importa ter presente é a necessidade de haver no país uma força fiscalizadora que no Congresso lute pela preservação dos princípios democráticos e se esforce pela efetiva prática do regime. A UDN está em excelentes condições para realizar essa tarefa em benefício do Brasil. Que a isso sintam-se inspirados os dirigentes do partido, que não devem esquecer jamais a lição do Brigadeiro Eduardo Gomes, de que o preço da liberdade é a eterna vigilância (O GLOBO, 1951a, p. 1).

Essa atuação do partido e dos seus parlamentares, segundo *O Globo*, também deveria ser revestida pela vontade do eleitorado udenista que, supostamente, traduzir-se-ia na obediência ao preceituário brigadeirista. Embora o jornal tenha definido essa atitude como de defesa do regime democrático e dos seus valores – por meio da “eterna vigilância” –, não descreveu de maneira clara o que caracterizaria esta salvaguarda da democracia em termos de ação política.

Mesmo levando em consideração quais seriam esses deveres para o patrono udenista, a indefinição de um projeto e a precariedade de um programa político, apresentadas pelo candidato da UDN em 1950, não nos permitem interpretações categóricas sobre contra quem deveriam agir os políticos da UDN em defesa do regime, e de que forma deveriam fazê-lo (BENEVIDES, 1981, p. 79).

Entretanto, tenhamos em mente que essa articulação, que *O Globo* fez da satisfação dos interesses do eleitorado udenista pelo cumprimento do papel de partido protetor da democracia, eventualmente destoasse de outras concepções que talvez possuíssem mais apelo junto aos eleitores do partido. Ideias, digamos, menos legalistas e constitucionais que as expressadas pelo Brigadeiro, sobre quais atribuições deveriam assumir os parlamentares na garantia do regime. A título de exemplo, têm-se as formulações antigetulistas e golpistas difundidas pela pregação virulenta de Carlos Lacerda na *Rádio Globo*, e pelas denúncias do jornal *O Estado de São Paulo* de que Vargas conspirava em diferentes frentes, com Perón, Adhemar de Barros e com os comunistas (BENEVIDES, 1981, p. 81).

Portanto, *O Globo* não caracterizou o papel de oposição da UDN em favor de uma contraposição doutrinária – *a quem e de que forma* deveria se contrapor – mas em nome da estabilidade institucional e democrática. Revelando, neste momento, certa abstração do que esperava do partido perante o novo governo. Desta forma, apesar de incentivar a UDN a assumir o protagonismo da oposição (mesmo que não a definindo), o jornal estaria também marcando um posicionamento cauteloso em relação a Vargas.

Nos dias que antecederam o início do governo, o *Jornal do Brasil* se absteve de demarcar uma posição política sobre os temas que envolviam a nova configuração da política nacional. Atitude condizente com a trajetória do diário, caracterizada pelo pouco envolvimento em questões políticas. O *JB* se limitou a noticiar, sem juízos explícitos, a possibilidade de colaboração udenista, através da participação de João Cleofas (JORNAL DO BRASIL, 1951a, p.5).

Avaliação do dilema udenista: aderir ou não aderir, eis a questão?

Diplomado presidente, Vargas anunciou a composição de seu ministério, qualificando-a como uma primeira experiência. Supostamente, assim o fez procurando amenizar o arranjo conservador com o qual iniciava o seu governo, sugerindo a possibilidade de dissolução caso não se cumprissem as proposições do Catete (GETÚLIO VARGAS, 2010, s/p.). Quase a totalidade das pastas ficou com membros do PSD, com exceção de Danton Coelho (PTB), no ministério do Trabalho e João Cleofas (UDN), na Agricultura.

O *Correio da Manhã* classificou a atitude de Cleofas como uma “primeira defecção”, reafirmando que a linha de ação do partido deveria ser a oposicionista, “não cabendo, portanto, divergências nos quadros partidários” (CORREIO DA MANHÃ, 1951c, p. 4). Ponto de vista este que viria a se transformar na tese de expulsão dos adesistas, sendo veiculado em quatro editoriais principais do jornal entre o início do

governo e a Convenção Nacional, em abril de 1951,¹⁰ a fim de pressionar o partido para que se definisse por esse procedimento.

A questão da unidade da UDN foi posta em termos de uma agência nacional uníssona, em conformidade com a orientação que o CM representou como a mais oportuna ao partido, devendo este fechar questão em torno da oposição. Ao retratar a “ala colaboracionista” da agremiação como “uma parte infeccionada e contaminada”, na qual “o melhor remédio será cortá-la para salvar a parte maior e sadia”, o impresso explicitou sob qual orientação deveria permanecer a unidade da UDN e o risco que estaria correndo se não optasse por esta atitude (CORREIO DA MANHÃ, 1951e, p. 4). Isto é, escolher entre a oposição, mantendo sua autonomia ou a adesão, vindo a se anular politicamente.

Para o *Correio*, o que caracterizava essa oposição, em primeiro lugar, era a recusa de favores e cargos no governo. Nesse sentido, cumprindo-se esse papel, permanecendo “fiel a si mesma, ao seu programa” (CORREIO DA MANHÃ, 1951c, p. 4), a UDN se sobressairia aos partidos governistas, descaracterizados pelo adesismo. Logo, se soubesse manter a sua autonomia e a sua distinção frente às investidas do governo, resguardaria seu prestígio e seria protagonista da ação política.

Uma atitude de firmeza e altivez da UDN, como órgão oposicionista, não terá apenas um sentido imediatista: valerá por uma contribuição insubstituível para que não se desmorone, pelo fracionamento, ou pela degradação no adesismo, a estrutura nacional dos partidos. Pois agora, mais do que nunca, uma sólida e digna organização partidária constitui a garantia do regular funcionamento e da segura continuidade do regime (CORREIO DA MANHÃ, 1951f, p. 4).

Assim, de acordo com o *Correio da Manhã*, a UDN, ao manter uma posição independente e vigilante em relação ao governo, ao honrar os compromissos programáticos, e ao se manter “fiel aos milhões de brasileiros que ofereceram a esta

¹⁰ Encontra-se opiniões favoráveis a expulsão dos adesistas nos seguintes editoriais: CORREIO DA MANHÃ. Prudência e coragem. 02 de fevereiro de 1951b, cad. 1, p. 4; CORREIO DA MANHÃ. Fora do leilão. 09 de fevereiro de 1951d, cad. 1, p. 4; CORREIO DA MANHÃ. Nem eufemismos, nem adjetivos. 18 de março de 1951e, cad. 1, p. 4; CORREIO DA MANHÃ. Nitidez e firmeza. 07 de abril de 1951g, cad. 1, p. 4. Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

legenda a significação dos seus votos” (CORREIO DA MANHÃ, 1951f, p. 4), teria a oportunidade de se afirmar enquanto fortaleza de um sistema partidário degradado e, ao mesmo tempo, enquanto esteio da democracia, e mantenedora do bom funcionamento das instituições. À vista disso, verificamos que os argumentos do *Correio* são todos voltados ao papel institucional da UDN como oposição. Além disso, o periódico exaltou a atitude da agremiação em se opor a Vargas, bem como elogiou o programa do partido udenista, o que é indicativo da orientação doutrinária do impresso.

Entretanto, a norma de conduta definida na Convenção Nacional veio a desagradar a linha editorial do *Correio da Manhã*. Segundo publicação do jornal, a posição fixada pela UDN em relação ao governo, divulgada em nota oficial pelo partido, foi “insuficiente e insatisfatória”, porque lançou mão de uma linguagem dissonante das práticas da agremiação nos procedimentos legislativos e na relação com o Executivo Federal, até então (CORREIO DA MANHÃ, 1951h, p. 4). Embora a direção do partido e os parlamentares udenistas estivessem atuando nos moldes preconizados pela chefia editorial do *Correio*,¹¹ o discurso oficial saído da Convenção estaria em descompasso com essa atuação, marcando “um propósito opaco de independência em face do governo” (CORREIO DA MANHÃ, 1951h, p. 4). O CM representou a atitude da UDN como um ato de transigência nas definições de sua ação política:

Neste terreno, o que se deseja sempre é a coragem nos conceitos e a clareza na linguagem. Quando se fala em “independência” ou em “resistência”, ninguém sabe exatamente onde se quer chegar e por que meios se vai agir. Mas quando se diz oposição – simplesmente: oposição – a palavra diz tudo e toda a gente logo entende o que se quer dizer e definir (CORREIO DA MANHÃ, 1951h, p. 4).

¹¹ Segundo editorial do *Correio da Manhã*, “os atos e atitudes da UDN nestes últimos meses têm sido muito melhores e mais significativos do que suas definições teóricas. Empossado o Sr. Getúlio Vargas, o partido se recusou a colaborar com o governo, marcando assim uma atitude oposicionista. Quando o presidente da República enviou ao Congresso a sua primeira mensagem, os deputados udenistas, devidamente credenciados e com o apoio generalizado das bancadas, empreenderam uma crítica firme e séria de todos os aspectos daquele documento oficial, apontando-lhe os erros, falhas e desvios. Depois, há poucos dias, os udenistas davam na Câmara um espetáculo de unidade e coesão como partido oposicionista com os votos contrários a inserção de um discurso do Sr. Getúlio Vargas nos anais” (CORREIO DA MANHÃ, 1951h, p. 4).

À vista disso, podemos interpretar desde logo que, além dos esforços em tentar incitar a UDN a uma oposição declarada e obstinada, o *Correio* demonstrava uma postura própria de oposição frontal a Vargas nestes primeiros meses. Mas uma oposição que se pretendia manter dentro de princípios constitucionais e não pela derrocada do governo.

A chance de adesão/colaboração do partido do Brigadeiro ao Executivo foi apresentada como uma possibilidade negativa, que colocaria em risco, além do funcionamento da política partidária, a própria democracia. Isto é, a UDN, cumprindo seu papel de oposição vigilante e fiscalizadora dos atos governamentais, mantendo-se distante de conluios e apadrinhamentos, colaboraria com o bom andamento do regime e com a defesa dos interesses nacionais.

Apesar de disponibilizar espaços secundários de opinião e em menor quantidade sobre o tema da composição inicial do governo e da participação ou não da UDN, o jornal *O Globo* também retratou a divisão interna da agremiação entre adesistas e oposicionistas, endossando a perspectiva de que seria melhor que o partido fixasse, na Convenção Nacional, uma política de oposição.¹²

O fato de Cleofas ter aceitado participar do “ministério da experiência” pouco foi comentado pelo diário. Entretanto, uma pequena nota (na capa da edição) sobre a posse do “ministro udenista” fornece-nos elementos para, com algum esforço de interpretação, entendermos o posicionamento do *Globo* sobre o ministro Cleofas. Particularmente, quando levamos em conta a imagem que acompanha o texto – uma fotografia da irmã do Brigadeiro Eduardo Gomes com uma expressão severa – e a frase

¹² O espaço concedido nas publicações do mês de abril (nos dias 10, 17, e 25) às manifestações do presidente Odilon Braga, líder da corrente oposicionista é emblemático da posição do *Globo* em relação ao tema, pois, sequer uma vez “deu voz” aos udenistas que defendiam uma atitude de colaboração para com o governo: O GLOBO. *Sensacionais declarações dos presidentes do PSD e da UDN*. 10 de abril de 1951e, cad. geral, p. 7; O GLOBO. *Fixação da linha política da UDN*. 17 de abril de 1951f, cad. Geral, p. 2; O GLOBO. *Ainda mais firme a UDN*. 25 de abril de 1951g, cad. geral, p. 5. Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

que o conclui: “É de toda oportunidade, pois, a fotografia que ilustra este registro” (O GLOBO, 1951b, p. 1).

Embora em tom mais sóbrio do que o apresentado pelo *Correio*, o impresso da família Marinho também passou a defender que o partido brigadeirista assumisse a linha de oposição e expurgasse os defensores da política de aproximação com Vargas (O GLOBO, 1951d, p. 1 e 11). Segundo editorial do *Globo*, “a colaboração com o general Dutra foi nefasta para a UDN e que, por causa dela, o partido perdeu substância política e conceito público” (O GLOBO, 1951c, p. 2), tendo como consequência para o país o apagamento das forças oposicionistas. Ou seja, a agremiação não deveria incorrer novamente no erro, colaborando com Getúlio.

O resultado da Convenção Nacional da UDN foi retratado como promissor, em editorial publicado no dia seguinte ao fim do evento. Intitulando-o como “Ainda mais firme a UDN”, OG afirmou que a reeleição dos seus dirigentes e da quase totalidade dos membros do Diretório Nacional, com a homologação das deliberações já tomadas sobre a linha de conduta do partido, em termos que enfatizavam seu caráter de oposição, “conduzem os mais descrentes à certeza de que a UDN é, de fato, um grande partido nacional, coeso e apto a desempenhar no cenário político da República as funções que a Constituição lhe atribui” (O GLOBO, 1951g, p. 5).

A avaliação positiva do *Globo* sobre as resoluções divulgadas após a convenção, contrasta com a desaprovação encontrada no *Correio da Manhã*, da ambiguidade com que o partido teria se manifestado na oportunidade. Para o vespertino, sob o signo da “oposição construtiva”, preceituada por Odilon Braga e seus adeptos, a UDN teria demarcado a sua unidade. Nesse sentido, apesar de *O Globo* colocar-se a favor da expulsão dos “adesistas”, formulou suas representações de forma distinta do *Correio*, que havia recomendado uma oposição veemente da UDN ao governo. OG atribuiu ao partido um papel muito mais ligado à conformidade institucional e, como demonstra a citação acima, ao protocolo partidário emanado da Constituição.

Dentre os textos analisados no intervalo entre a posse de Vargas e a realização da Convenção Nacional da UDN, onde consta o tema da adesão/oposição da sigla, O *Globo*, sequer uma vez, emitiu opinião reputando ao governo motivo para a oposição udenista.

A despeito do *Jornal do Brasil* não publicar nada nos seus espaços editoriais em relação à postura da UDN aprovada na Convenção, podemos verificar uma percepção semelhante a que expressou o *Correio da Manhã*, em texto de um dos seus mais longevos articulistas e deputado federal pelo PSD da Bahia à época, Nelson Carneiro.¹³

O artigo em questão abordou as disputas internas da UDN entre oposicionistas e colaboracionistas. A crítica atribuiu às fraturas internas da UDN as facilidades do governo em dissipar a oposição. Segundo Carneiro, a resolução de “independência” fixada pelos convencionais “terminara em simples fogo de barragem”. Os casos de João Cleofas e de Juraci Magalhães¹⁴ teriam saídos relativizados e justificados da Convenção, ambos pela natureza do ofício que iriam desempenhar, em conformidade com a perícia técnica de cada um. À vista disso, para o autor, a “coesão partidária tinha

¹³ Entusiasta dos movimentos da redemocratização, Nelson Carneiro se filiou em 1945 à UDN, elegendo-se suplente de deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte, evento no qual fez a cobertura jornalística como repórter do *Jornal do Brasil*. Em 1947, após a promulgação da nova Constituição, assumiu uma cadeira na Câmara, onde atuou na Comissão de Legislação Social e na Comissão Especial de Proteção à Natalidade, que chegou a comandar. Nas eleições de 1950, lançou-se deputado federal pela Bahia em uma coligação constituída pelo Partido Social Trabalhista (PST), pelo Partido de Representação Popular (PRP) e pelo Partido Social Democrático (PSD). Sua atuação social foi pautada pelas questões sociais, especialmente relacionadas ao divórcio e aos direitos das mulheres, enfrentando setores conservadores, sobretudo a igreja católica. Sobre a trajetória política e jornalística de Nelson Carneiro, ver mais em: NELSON CARNEIRO. In: PAULA, Christiane Jalles de (Coord.); LETMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010, s/p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 1º de março de 2020.

¹⁴ Juraci Magalhães foi outro dos poucos udenistas a cooperar diretamente com o governo, tendo aceitado assumir a presidência da Companhia Vale do Rio Doce. Sobre a trajetória política de Juraci Magalhães, ver mais em: JURACI MAGALHÃES. In: PAULA, Christiane Jalles de (Coord.); LETMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010, s/p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 1º de março de 2020.

um preço: – o silêncio”. Tendo a Convenção o pagado integralmente (CARNEIRO, 1951, p. 5).¹⁵

No artigo, a questão da adesão/oposição da UDN ao governo está colocada em termos semelhantes aos expressados pelo *Correio da Manhã*. Conforme Carneiro, quem derrotou a agremiação, na última eleição, não foi, precisamente, o acordo partidário, mas a deturpação deste. A UDN, presa à administração federal, teria se ligado, voluntariamente, à política do Catete. Novamente, estaria caminhando aos poucos para o poder, ainda que convencida de que seu destino fosse a oposição. Esta atitude, caracterizada como vacilante pelo articulista, teria como beneficiário maior o governo, pois, até

O mais inábil dos presidentes saberia que, para destroçar o reduto adversário, o meio mais fácil seria cindi-lo, miná-lo em suas bases, conquistando os seus chefes. É o que está fazendo o Sr. Getúlio Vargas. Se houve um beneficiário no último certame udenista foi, sem dúvida, o ex-ditador. A “oposição” acabou mais amena do que ele próprio podia esperar (CARNEIRO, 1951, p. 5).

Há de se considerar que não podemos equiparar a opinião presente em um artigo assinado, como o do deputado pessedista Nelson Carneiro, com o posicionamento do jornal no qual ele é publicado. Ainda por cima, quando o cronista está de alguma forma envolvido nos fatos por ele narrados e avalizados, como é o caso em questão, no qual, é-nos evidente a identificação do autor com a tese de uma oposição irreduzível às colaborações. Considerando que Nelson Carneiro foi um político de carreira, entendemos o conteúdo de seu artigo como ação de um agente do campo político opinando via campo jornalístico. Ou seja, o articulista, com isso, procurou influenciar o posicionamento de seus pares dentro da política, no caso, a postura da UDN.

Entretanto, esse foi o único espaço opinativo do *Jornal do Brasil* em que esteve retratado o tema da adesão/oposição da UDN ao governo, em seu princípio. Nele há

¹⁵ O único membro udenista que não teria transigido, em apresentar essas relativizações, foi Otávio Mangabeira, colocando-as em termos de deslealdade. De acordo com Nelson Carneiro, em função disso o ex-governador baiano não teve seu mandato de conselheiro renovado.

crítica contundente à atuação e à linha de ação escolhida pelo partido, que estaria se prestando ao papel de fiador da própria ruína, anulando-se perante Vargas.

Dessa forma, levando em conta os silêncios do *Jornal do Brasil* sobre a política da UDN em relação a Vargas, bem como a opinião desse único comentário apresentado por um de seus colaboradores, pouco podemos depreender do posicionamento do impresso em si. Mas, a tese que teve franqueada uma representação positiva dentro do jornal foi a que sustentava uma oposição distante do governo. Também há de se observar que diferentemente do *Correio da Manhã* e do *Globo*, essa “oposição” não é definida além da não participação no governo. Tampouco o artigo de Nelson Carneiro explora os porquês que deveriam motivar a UDN a renunciar uma aproximação com Getúlio.

Convergências e dissonâncias entre as representações da grande imprensa carioca

As opiniões do *Correio da Manhã* e do *Globo* guardam algumas semelhanças. Ambos compartilharam da perspectiva mais ampla de que a UDN devesse se estabelecer enquanto partido de oposição. Entretanto, os motivos que os dois diários revelaram para que isso acontecesse foram diferentes.

Desde o primeiro momento, o *Correio* buscou construir a UDN como um partido de oposição ao governo Vargas. O impresso dirigido por Paulo Bittencourt definiu bem isso ao defender que a agremiação devesse assumir um papel fiscalizador e vigilante, mirando as más condutas e as transgressões do “populismo demagógico”.

Diversamente, *O Globo* se expressou com moderação, sem definir o papel de oposição da UDN a partir de um viés exclusivamente antagônico ao governo. O diário chefiado por Roberto Marinho recomendou uma oposição sem personalismo, que não tivesse como alvo preestabelecido a figura do presidente da República, mas que a agremiação apresentasse uma prática emanada das funções prescritas na carta constitucional sobre os deveres e obrigações de um partido político, associados à satisfação dos interesses nacionais.

Outra aproximação entre os dois diários foi relativa ao principal motivo do passado que, para eles, ensejava uma postura diferente da UDN no presente: o fato de verem a participação da UDN no acordo interpartidário, ao tempo do governo Dutra, como algo danoso à dignidade do partido; constituindo-se em uma malfadada estratégia, que o anulou enquanto força de oposição.

Para que a UDN revigorasse sua oposição contra os “líderes populistas”, contra o “ex-ditador”, o *Correio da Manhã* e *O Globo* indicaram que o partido brigadeirista se regenerasse do caminho desviante tomado na participação do acordo interpartidário, causa maior da sua derrota nas urnas em 1950, “castigo ao seu oportunismo” (CORREIO DA MANHÃ, 1951a, p. 4). À vista disso, a UDN deveria rechaçar uma política de aproximação e colaboração com o governo, para não incorrer novamente no equívoco de se neutralizar como força de oposição, entregando-se ao adesismo.

Após a definição do Ministério, com a participação de João Cleofas, a insistência do *Correio da Manhã* em prescrever a linha de ação da UDN passou a concitar o partido a uma atitude de oposição e a uma política de exclusão dos adesistas, a serem definidas e fixadas pela Convenção Nacional. Embora, em um primeiro momento, *O Globo* tenha até mesmo afirmado não haver importância que a UDN consentisse na participação de seus membros no governo, desde que a sigla se comprometesse com os ideais democráticos e com a prática do regime, acabou orientando seu discurso também para que o partido se decidisse por uma política de expurgos em relação aos adesistas. Esta tomada de posição pelos dois impressos exprime uma lógica de saneamento, na qual a unidade dos membros do partido deveria se assentar, ante o risco de se arruinar em solidariedade ao governo.

Neste sentido, o *Correio* e *O Globo* evocaram o compromisso que o partido deveria ter com seu eleitorado e seus supostos interesses, que corresponderia ao papel de partido oposicionista construído pelos jornais: na perspectiva do *CM*, sem cooperação e afinidades com os ocupantes do poder; segundo a ótica do *Globo*, uma oposição edificante. Esta operação, de construção do que representava a atribuição da

UDN ante o seu eleitorado, carregava em si o potencial de exercer influência sobre as decisões a serem tomadas pela agremiação, pois, poderia vir a definir-se como o sentindo preponderante (mesmo que divergente das autorrepresentações do partido) entre os eleitores udenistas. Assim, verifica-se que o eleitorado (e os supostos interesses evocados em nome dele), tornou-se artifício para que o *campo jornalístico* tentasse impor uma demanda ao *campo político*.

Era de tal maneira vigorosa a atuação do *Correio* nos debates em torno da participação (ou não) da UDN no governo que as resoluções determinadas na Convenção do partido tiveram uma repercussão negativa na opinião editorial do periódico. Embora o *CM* pondere que as atitudes tomadas pela agremiação, desde o início do governo, estivessem bem articuladas com a função oposicionista que dela se esperava, o discurso de uma postura “independente” marcaria uma contemporização do partido, abrindo brechas à interpretação de que a UDN ainda possuía espaços para negociação.

Já *O Globo* apresentou positivamente o resultado da Convenção, saudando a linha de “oposição construtiva” fixada no evento, representada como móbil de coesão entre os udenistas. Agindo dessa forma, segundo *O Globo*, a UDN estaria se mostrando apta a desempenhar o seu papel, em conformidade com as obrigações constitucionais.

Deixamos a abordagem do *Jornal do Brasil* por último em função de seus silêncios acerca da adesão/oposição da UDN, assim como devido ao posicionamento impreciso sobre quaisquer assuntos relativos ao novo governo de Getúlio Vargas. Como indicado anteriormente, acreditamos que essa postura do *JB* vai ao encontro do seu histórico de comedimento frente a questões da política, sobretudo, levando-se em conta a ascensão do ex-ditador ao Catete e o histórico de represálias sofridas pelo periódico nos anos 30.

Entretanto, a presença do artigo de Nelson Carneiro, com crítica contundente à postura da UDN na Convenção Nacional, é sinonímica da concessão de espaço a uma representação negativa sobre o partido brigadeirista. Representação esta que tratou

como leviana a postura em face do governo e como atitude branda da agremiação para com os adesistas, por não os ter expulsado. Ainda que não tenha atribuído ao acordo interpartidário em si a causa da derrota udenista em 1950, mas à sua deturpação, o articulista afirmou que, em virtude da resolução determinada na Convenção, a UDN se direcionava para o mesmo caminho. Isto é, estaria se imobilizando apressadamente no adesismo.

A crítica dessa conduta do partido é emblemática do papel que o articulista defendeu para a UDN, de uma oposição sem proximidade com o novo mandatário e, além disso, é representativa da posição do pessedista em relação ao governo que, apesar de figurar na base parlamentar deste, encorajou a UDN a uma oposição resoluta.

Embora a opinião de Nelson Carneiro se alinhe com as dos outros dois jornais, sobretudo com a do *Correio da Manhã*, não podemos inferir que esse fosse o posicionamento do *Jornal do Brasil* sobre a linha de ação a ser adotada pela UDN nos primeiros passos do governo, da composição ministerial à Convenção Nacional udenista. Todavia, mesmo com apenas uma expressão de um de seus colaboradores, podemos desde já evidenciar que o *JB* não possuía pudores em conceder, nas suas páginas, lugar a críticas contra a União Democrática Nacional.

Considerações finais

Diante da análise das coberturas jornalísticas sobre a composição ministerial que marcou o início do Segundo Governo Vargas, fica-nos evidente o desejo dos impressos de que a União Democrática Nacional se constituísse desde então como uma força de oposição. Ainda que os diários tenham apresentado variações no tocante ao que isso significava, convergiram suas representações para os deveres institucionais que um partido de oposição deveria ter, sobretudo em relação ao papel de ente crítico à situação.

Embora o “ministério da experiência” tivesse sido constituído com a participação de João Cleofas (UDN), a posição da cúpula do partido, em reiterar sua independência e justificar a “defecção”, agradou aos jornais, que retrataram os embates dentro da UDN, entre adesistas e opositoristas, defendendo o posicionamento dos últimos, em especial a tese que advogava pela expulsão dos adeptos ao governo.

Tanto o CM como o OG utilizaram como *estratégia discursiva* a recordação da condição da UDN de representante de seu eleitorado, de que o partido deveria corresponder aos supostos anseios dessa base, isto é, cumprir o seu programa e tomar para si o protagonismo da oposição. Dessa forma, vemos os agentes do campo jornalístico tentando pautar as ações dos agentes do campo político, ao “jogar” com o fundamento da legitimidade dos políticos, que seria a representatividade eleitoral, pressionando-os para que assumissem o papel de porta-vozes daquilo que os jornais diziam ser o interesse do eleitorado.

Percebemos também que, durante a formação do governo, apesar da conduta da UDN ter cativado a opinião dos periódicos, estes se mostraram empenhados em influenciar a definição oficial do partido pela linha opositorista, que só sairia na Convenção Nacional. Para tanto, os diários procuraram construir a eventual adesão em termos de anulação política e dissolução do partido, bem como de um risco à democracia, que implicaria tal atitude.

Neste sentido, podemos observar que, a despeito da imprensa não ter prerrogativa de poder, não determinando a agência fora de seu campo, fez-se parte ativa na disputa pela delimitação da problemática legítima no que diz respeito às estratégias dos agentes dentro do campo político, ou seja, os impressos estariam desautorizando a adesão da UDN ao governo, ao passo que afiançando sua oposição.

Finalmente, pudemos concluir com os resultados das análises realizadas neste trabalho que, quando a UDN sinalizou com a possibilidade de fazer parte do governo, através das suas divisões internas na formação do gabinete ministerial de Vargas, os

jornais foram taxativos em condenar quaisquer aproximações nestes termos. Portanto, as convergências entre os jornais e o partido se deram quando as posições da sigla corresponderam às expectativas dos periódicos, caso contrário, os impressos não se furtaram em desqualificar as iniciativas udenistas, inclusive desabilitando tais expressões com investidas que pressionavam a agremiação com o que lhe devia ser mais caro, a sua base eleitoral.

Dessa forma, percebemos que as afirmações categóricas sobre uma suposta subordinação dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* à UDN, pouco se sustentam diante da análise empírica. Os resultados da investigação também nos permitiram constatar uma pluralidade de posições adotadas pelas folhas em face da iniciativa de Getúlio em tentar contar com a UDN no ministério, com os impressos não demonstrando constância nas críticas, tampouco coordenação em arremeter contra o Presidente.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; LETMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARNEIRO, NELSON. Água de flor. 27 de abril de 1951. *JORNAL DO BRASIL*, cad. 1, p. 5.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORREIO DA MANHÃ. O partido da oposição. 21 de janeiro de 1951, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Prudência e coragem. 02 de fevereiro de 1951b, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Da palavra à ação. 23 de fevereiro de 1951c, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Fora do leilão. 09 de fevereiro de 1951d, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Nem eufemismos, nem adjetivos. 18 de março de 1951e, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. A situação partidária. 25 de março de 1951f, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Nitidez e firmeza. 07 de abril de 1951g, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. As palavras e os atos. 24 de abril de 1951h, cad. 1, p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2º ed., São Paulo: Ed. Ática, 1992.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 91-141.

FLEISCHER, David Verge (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

GETÚLIO VARGAS. In: PAULA, Christiane Jalles de (Coord.); LETMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010, s/p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 1º de março de 2020.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

JORNAL DO BRASIL. Palpites sobre o ministério. 27 de janeiro de 1951, cad. 1, p. 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

JURACI MAGALHÃES. In: PAULA, Christiane Jalles de (Coord.); LETMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010, s/p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 1º de março de 2020.

LAMARÃO, S. T. N. O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950. In: SILVA, Suely Braga da (coord.). *E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas*. CPDOC/FGV, 2004. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149.

MARTINS, Luis Carlos Passos. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

NELSON CARNEIRO. In: PAULA, Christiane Jalles de (Coord.); LETMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010, s/p. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 1º de março de 2020.

O GLOBO. Oposição vigilante e ativa. 25 de janeiro de 1951, cad. 1, p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. A irmã do brigadeiro na posse do sr. João Cleophas. 02 de fevereiro de 1951b, cad. geral, p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. Posição da UDN. 16 de fevereiro de 1951c, cad. geral, p. 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. Expurgo na UDN. 19 de março de 1951d, cad. geral p. 1 e 11. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. Sensacionais declarações dos presidentes do PSD e da UDN. 10 de abril de 1951e, cad. geral, p. 7. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. Fixação da linha política da UDN. 17 de abril de 1951f, cad. Geral, p. 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

O GLOBO. Ainda mais firme a UDN. 25 de abril de 1951g, cad. geral, p. 5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2019.

REGINA, Thiago Costa J. *As representações sobre a União Democrática Nacional na Imprensa Carioca do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Porto Alegre: PUCRS, 2020. (Tese de doutorado).

SILVA, Hélio. 1954: *Um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Submetido em 01.04.2021 – Aceito em 01.06.2021